

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLENCIA DE GÊNERO EM TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS

Antonio Carlos de Oliveira¹

Luciana Moreira de Araujo²

Resumo

Este artigo apresenta uma análise sobre violência de gênero enfrentada por mulheres moradoras da periferia do Rio de Janeiro que apresentam em comum indicadores de baixa escolaridade, alijamento do mercado de trabalho formal, residência em território vulnerabilizado e reduzido acesso a serviços de proteção social, configurando um recorte de classe. Apesar de algum conhecimento acerca da Lei 11.340/2006, as mulheres participantes da pesquisa nunca denunciaram seus companheiros aos serviços e equipamentos específicos previstos na legislação como instâncias de proteção. A realização de entrevistas narrativas permitiu acessar suas histórias e estratégias de resistência adotadas, analisadas a partir da tríade de conceitos *habitus* – capital cultural – campo, e dos estudos de gênero, violência e família. Os resultados denotam a existência de formas de enfrentamento à violência de gênero, a partir de estratégias construídas pelas mulheres no contexto sociocultural de que fazem parte, possibilitando o questionamento de explicações essencialistas, binárias e judicializantes.

Palavras-Chaves: Mulheres. Violência de gênero. Estratégias de resistência. Favela

Introdução

A análise das estratégias de resistência (FERRER, 2011)³ acionadas por mulheres moradoras de uma favela da Baixada Fluminense, frente às situações de violência de gênero⁴ presentes em seus relacionamentos afetivossexuais com seus parceiros íntimos constitui o objeto teórico deste artigo.

Inquietações decorrentes do exercício cotidiano profissional em um território vulnerabilizado, atravessado pela violência estrutural – a opressão que decorre da falta de

¹Psicólogo (UERJ); Mestre em Psicologia Clínica (PUC-Rio); Doutor em Serviço Social (PUC-Rio); Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. antoniocarlos@puc-rio.br.

²Assistente social (UFF); Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ); Mestre em Serviço Social (PUC-Rio); Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio); e-mail: lma17rj@gmail.com

³ O conceito de estratégias de resistência visa a caracterizar o processo através do qual mulheres em situação de violência avaliam os riscos assim como o controle, recursos internos e externos de que dispõem para lidar com a referida situação desafiando o poder masculino, seja na família, nas instituições ou na sociedade.

⁴ Diferentes autoras dedicaram-se a nomear a violência que envolve as mulheres e seus parceiros (ver GREGORI, 1993; SAFFIOTI, 1995 e 2002; SANTOS e IZUMINO, 2005). Almeida (2007) destaca a incompletude das diferentes terminologias: violência contra mulher, violência doméstica ou violência de gênero. Neste artigo trabalharemos com a terminologia violência de gênero por entender que ela aponta a ocorrência da violência dentro das relações produzidas socialmente, daí o seu caráter relacional.

acesso às conquistas da sociedade (MINAYO, 1997/1998), uma clivagem de classe social – e outras formas de violência caracterizam a base empírica de construção do objeto. O ponto de partida foi um grupo reflexivo com mulheres em situação de violência de gênero, com suas histórias que deflagrou questionamentos acerca da violência que surge e circula na dinâmica relacional com seus parceiros.

Por meio de entrevistas narrativas, foi possível conhecer como mulheres pobres⁵, alijadas do mercado de trabalho formal, com grau de escolaridade situado no nível fundamental (completo ou não) avaliavam e lidavam com suas experiências frente à violência de gênero, já que dentre as entrevistadas nenhuma denunciou seu parceiro nos serviços públicos formalmente instituídos para tal finalidade, a despeito de algum conhecimento acerca da lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha.

A escolha da técnica de produção de dados visou propositadamente a aproximação dos recursos de que dispõem ou do capital cultural⁶ que acionam para construir suas estratégias de resistência no contexto em que se inserem sem que fosse dada qualquer pista estruturada acerca dos conteúdos que interessavam na pesquisa. A análise das narrativas denota a existência de formas de enfrentamento à violência de gênero por parte das mulheres, a partir da sua capacidade de agência com o *quantum* de capital cultural de que dispõem, possibilitando o questionamento de explicações essencialistas, binárias e judicializantes na compreensão das relações por elas estabelecidas.

Neste artigo, o esforço se dá na construção de um conhecimento produzido pelos sujeitos que experienciam a violência de gênero a partir de suas próprias perspectivas, histórias e dos recursos – denominados aqui estratégias de resistência – que acionam para gerenciar suas vidas.

O fato de não registrarem boletins de ocorrências de violência constituiu importante dimensão da pesquisa, partindo do suposto de que tal “opção” não lhes conferia passividade ou vitimização. O grupo entrevistado converge especificidades que indicam uma localização e vínculos com eventos e comunidades históricos, geradora de sentidos,

⁵ O conceito de pobreza adotado neste artigo baseia-se em (SILVA, 2002). Trata-se de um fenômeno complexo, multicausal, heterogêneo, que sofre interferências de elementos qualitativos e quantitativos representados por um acúmulo de deficiências socioeconômicas e culturais. Não se norteia somente pela renda financeira aquém das necessidades materiais, mas por um processo de exclusão também de ordem política, social e cultural que agrega problemas de saúde, moradia, desemprego, educação.

⁶ O conceito de capital não se restringe à esfera econômica. A posição no campo é determinada pela quantidade de capital cultural que o agente possui e o *quantum* também favorece acesso a mais capital. O conjunto dos capitais cultural, social, simbólico, econômico, aumenta a possibilidade de influência e a mobilidade do agente no campo, visto que o capital se refere a toda matéria ou bem que pode ser negociada num embate social (BOURDIEU, 1972).

“uma janela para o mundo” (ALCOFF, 2016: 140). Em sociedades estratificadas, no caso brasileiro essencialmente pela desigualdade social, os sujeitos desenvolvem entendimentos diferentes das dimensões da realidade. Neste sentido, valorizar a percepção de quem vive muito pode contribuir na formulação de propostas e práticas garantidoras de direitos em suas especificidades, complementando as perspectivas de militantes, gestores e acadêmicos. O estranhamento⁷ daquele cotidiano foi o ponto de partida para revisitar singularidades à luz de uma abordagem qualitativa, que privilegia os sujeitos sociais, suas relações, valores, crenças e os processos da vida humana.

Os instrumentos utilizados para produção de dados foram o diário de campo e a entrevista narrativa com a questão gerativa “Mulher gosta de apanhar...” (instrumento provocativo para evocar ideias e reflexões, embora constituindo uma assertiva de que discordamos totalmente). Partes de seus depoimentos estão transcritos na próxima seção, a partir dos seguintes marcadores: (a) comentários entre parênteses são esclarecimentos sobre o trecho da entrevista; (b) o aumento do tom de voz está demarcado pelo recurso à grafia em caixa alta; (c) cortes de trechos são indicados por reticências entre parênteses; e (d) segmentos merecedores de destaque são apresentados em negrito. As mulheres são identificadas pelas letras B, C, D e E.

Em análise dentro do marco teórico adotado, afirmamos que as narrativas evidenciaram elementos que nos possibilitou questionar o campo das relações de gênero, como constituído da relação dialética de estruturas objetivas, relações de poder, cujos agentes encontram-se em interação. Uma correlação de forças historicamente construída e reificada até que se tornou naturalizada (ORTIZ, 1983), mas que ainda assim, não pode ser reduzido ao viés das explicações essencialistas, binárias e judicializantes. No campo das relações de gênero, os agentes envolvidos e aqui identificados – como as mulheres, seus parceiros, familiares e instituições locais (igrejas, projetos sociais, delegacias especializadas, unidades de polícia pacificadoras, integrantes do tráfico de drogas) – compõem o contexto estudado, com suas posições hierárquicas e historicamente definidas e a contribuição de cada um/uma na produção e reprodução do habitus constitutivo da violência de gênero.

⁷ Refiro-me ao estranhamento no sentido antropológico, que instiga o processo investigativo da pesquisa. Importante ressaltar que não se trata de um olhar isolado e discriminatório sobre moradores e não moradores de territórios favelizados. Ver VELHO, 1978.

Fundamentação Teórica

A favela onde a pesquisa foi realizada é conhecida por apresentar-se como um dos espaços mais violentos da Baixada Fluminense e seu cenário em nada corresponde àqueles das favelas mais conhecidas, localizadas na área nobre da região metropolitana. Os cinquenta quilômetros de distância do centro da metrópole imprimem mais do que um afastamento geográfico, indicando ainda a falta de prioridade quando se pensa na presença do Estado na implementação e fortalecimento de políticas públicas.

O objeto de pesquisa avultou partindo então do referido grupo reflexivo que permitiu conhecer as trajetórias das participantes e os questionamentos que surgiam sobre a violência de gênero que se instaura e circula compondo a dinâmica relacional. A multiplicidade dos relatos enumerava proibições, humilhações, xingamentos, traições, agressões físicas. Do mesmo modo traziam, em tons de desabafos, os embates travados e contrapartidas traçadas com o parceiro, como também as avaliações entre as próprias participantes sobre as histórias compartilhadas nas reuniões. E ainda, muitas queixas sobre ausência de um serviço público considerado efetivo contra a violência naquela conjuntura.

Para as mulheres entrevistadas a ideia de ter uma casa, formar uma família com a fundamental presença dos filhos, e a predefinição e expectativa das funções do homem e da mulher, incluem um eixo moral sobre a noção de família, que se funda num princípio de obrigação e estrutura relações (SARTI, 2005). Apesar das distintas formatações, arranjos e configurações familiares nas classes sociais, o modelo idealizado, da família pensada (SZYMANSKI, 1992) funciona como um parâmetro para homens e mulheres. As narrativas abaixo ilustram a importância da presença masculina em casa.

Eu aprendi isso: quando você tem um homem, você é casada, você é mais respeitada, ninguém mexe contigo. Quando você é sozinha, todo mundo quer fazer graça, quer humilhar, quer abusar, quer fazer e acontecer, principalmente vizinho. Muitas mulheres acham que você quer tomar o marido delas, entendeu? Qualquer homem que vai na sua casa, um pedreiro, você tá saindo com ele, você fica mal vista perante a comunidade. Você não tem respeito, só quando você tem um homem (Mulher C).

(...) ele me respeita. Nunca trouxe problema, se ele fez, fez longe de casa e fez muito bem feito. Nunca recebi telefonema de mulher falando gracinha, nunca mulher nenhuma debochou da minha cara ou falou gracinha pra mim no meio da rua. Eu ando na rua de cabeça erguida. Nunca me desrespeitaram aí na localidade e isso pesa muito. Por mais que ele tenha esse lado ignorante, ele me respeita nesse ponto. O único problema dele é esse: mandar demais, achar que por ele ser o homem, eu tenho que fazer tudo que ele quer, vinte e quatro horas por dia (Mulher B).

Na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade dos agentes reside a questão de tentar encontrar a mediação entre o agente e a sociedade. O habitus conduz o agente a interiorizar a exterioridade, que como estrutura estruturante trabalha para a manutenção da estrutura estruturada. Melhor dizendo, a estrutura ratifica a situação, é estruturada e tomada como natural porque ‘esqueceu’ que foi construída, da sua origem histórica e social. E é estruturante à medida que orienta a ação, a visão e o pensamento – uma matriz de percepções – de todos os agentes em todas as posições do campo. Como adversários cúmplices, guiados por certo nível de convergência, consciente ou não, os agentes contribuem para a reprodução do habitus.

Ao agir em consonância com o padrão, o homem exerce uma ‘boa autoridade’ (SARTI, 2005) sobre a família, se tornando digno de ser obedecido. Se o seu lugar de provedor é abalado, há consequências para o seu lugar de respeito.

Agora quem manda naquela casa sou eu, porque eu trabalho, eu sustento, então quem manda sou eu. Consegui o Bolsa Família. O (nome do companheiro) abandonou os estudos. Ele podia ser mecânico da Marinha. Hoje, ele é quebra-galho lá no morro. E agora ele é alcoólatra mesmo. A última briga que nós tivemos, mandei amarrar ele. E foi por causa da minha amiga. A mulher quando não tem carinho em casa, ela busca na rua. Eu me apeguei a um cara aí. Eu cheguei à conclusão de que homem não presta. Mas desse eu recebo carinho, ele me dá atenção. É o meu moto táxi. Eu não tenho nada com ele. Nunca transei. Nem beijei. Mas é o jeito de tratar. E esse cara me trata feito um bibelô e em casa mete a porrada na mulher. (Mulher E)

A questão premente quando se debruça sobre a violência sofrida por mulheres nos relacionamentos conjugais tange sobre a denúncia da situação. ‘Por que permanecer?’ surge como uma pergunta inquietante, mas antes de nos atermos em respostas como medo, vergonha, desconhecimento dos direitos, falta de apoio das pessoas mais próximas, crença em uma mudança de comportamento, proteção aos filhos, dependência financeira e emocional – que de fato são recorrentes quando se trata de apontar os motivos pelos quais as mulheres permanecem com companheiros violentos – é necessário deixar uma lacuna para outros aprofundamentos a partir de respostas como “não sei”. Várias narrativas trazem expressões evasivas que não representam necessariamente uma fuga do assunto.

Idealizações não alcançadas podem contribuir para sentimentos de fracasso que designam adjetivos pejorativos como família desestruturada, desorganizada ou em disfunção pelas próprias famílias – e que ainda insistem em se fazer presentes (equivocadamente) no discurso de alguns profissionais também.

Respondendo sobre o ato de denunciar as próximas declarações indicam que esta atitude está diretamente associada à ruptura, uma mudança ‘definitiva’. E, para tal, as

entrevistadas ratificam a necessidade de serviços públicos de proteção eficazes como uma contrapartida desta decisão. Convergem na ideia de que a medida protetiva do afastamento precisa, de fato, garantir a sua proposta. Neste sentido, observa-se uma demanda por uma interferência direta de um agente externo que ofereça a efetividade da medida.

Eu assim, não dei parte, porque não adianta! Você vai lá, dá parte, faz BO, exame de corpo de delito. Tu sai de lá o cara te mata! **Isso porque ele não pode chegar nem, vamos supor... 500 metros perto de você. Adianta? Ele vai na sua casa, ele te mata.** Ele não vai preso. Agora **se tivesse uma medida que o cara fosse preso...** ficasse lá por aquilo que fez. **Quantas mulheres tão morrendo? Ah, já tinha um BO, dois BO...e morreu.** Eu também não vou dar parte porque não vai adiantar. Da minha parte eu acho que se você dá parte, tem que ser uma vez. Se você fica indo, aí mesmo que dá força para ele. Você tem que sair de lá e fazer diferente. Você tem que saber muito bem o que você quer. Se não ele vai te bater de novo (Mulher C).

As pessoas me encorajam a denunciar, mas não vai dar nada. Uma outra mulher dele já fez registro uma vez, não vai mudar nada na minha vida. Para dar queixa, você tem que ter uma atitude de vez na sua vida. **Eu já tô como sem vergonha mesmo nessa história** (gargalhadas). Não sei se vale a pena denunciar, tem a medida protetiva, mas como é que vão saber se o cara vai ficar longe mesmo 200m? Vai ficar alguém com ela o tempo todo? Se o cara se aproximar e matar, eles vão saber? Só se ela falar né? E ela tem que tá viva pra falar, pra ir lá contar. Se eles não tomarem uma medida séria, não vai pra frente, não funciona. Pra mim a única coisa que funciona é a pensão alimentícia, se o cara não pagar ele vai preso, outras coisas não funcionam, um monte de mulher morrendo por aí, estão matando também (risos) (Mulher B).

O lugar de vítima também pode ser apreendido como uma construção histórica, se pensarmos na legitimidade moral e no reconhecimento social dado ao sofrimento. Existe uma forma, um código de manifestar e expressar sofrimento que o torna inteligível ao outro, estabelecendo uma linguagem, referenciada a um sistema simbólico, que é atravessada por uma tensão de ordem moral⁸. Até que ponto pessoas envolvidas em situações de violência podem expressar o teor dos seus sentimentos se estes não estiverem dentro do aceito socialmente como o lugar da vítima? O que pode ser trazido à luz e o que será obscurecido na presença do ouvinte? Por que muitas mulheres em situação de violência não reconhecem a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), entre outros serviços e equipamentos, como espaço de solução, ou pelo menos de escuta? Principalmente para aquelas que não decidem, a priori, pela separação do companheiro. No âmbito das possibilidades inteligíveis atuais – seja por profissionais, familiares e a

⁸ Há uma lógica social que engendra a noção de vítima e está presente nas ações sociais e políticas das quais são objetos de destino. Um enclausuramento epistemológico Sarti (2011) que reduz o debate e impede o estranhamento das nossas próprias referências de sentido. A autora reforça que, sem estranhar referências, não será possível problematizar as fronteiras onde os fenômenos do sofrimento e da violência são confinados.

sociedade em geral – há uma limitação constituída por dois rótulos para as mulheres em situação de violência: Se ela não é interpretada como uma vítima corre sério risco de ser interpretada como ‘sem-vergonha’. Quantas gradações são possíveis entre as polaridades da vítima e da ‘sem-vergonha’?

A violência de gênero é permeada por componentes ambíguos onde coexistem sentimentos contraditórios, de modo que – a despeito da necessidade de uma intervenção – não é possível restringi-la simplesmente a uma ação criminosa a ser punida. Ao observar de perto as dinâmicas relacionais, motivações de toda ordem despontam na fluidez do relacionamento: condutas não cumpridas, papéis não correspondidos, disposição para conflitos (GREGORI, 1993). Os relatos mencionam o desejo, a convivência, a incerteza sobre seus sentimentos, o patrimônio construído em conjunto, e a constatação de um padrão de relacionamentos com violência. Há uma conjunção entre motivações individuais e apelos coletivos na manutenção do relacionamento.

Eu gosto muito dele! Às vezes, a gente dorme junto. Eu durmo na cama, ele dorme no chão. Às vezes, rola um clima bom. Ele diz que eu sou o amor da vida dele. A gente não transa sempre. Eu podia procurar coisa na rua. Você tá com aquela pessoa, podia estar traindo. O outro eu traía, eu não escondo as minhas coisas. Ele, eu nunca, nunca, nunca traí. A gente não tem mais aquele relacionamento de homem e mulher, eu poderia arrumar outro na rua. Mas não tenho. Eu não olho para o lado. Passa bonitão, passa feião, passa engraçadão, às vezes, esbarram em mim eu nem noto. Eu não tenho mais aquele negócio de ficar agarrada, abraçando, beijando. **Eu acho que é mais o costume**, a convivência. **Eu devo gostar dele um pouco**. Mas eu não quero mais começar de novo. Eu não sei se é porque a gente fica numa disputa por causa desse negócio da casa ou se é porque eu não quero me relacionar mais com outra pessoa. Para bater cabeça com outra pessoa, eu continuo com ele (Mulher B).

A Mulher B, com 41 anos, cinco filhos, três relacionamentos conjugais, narra histórias recorrentes de situações abusivas. Observa-se a sua disposição para ‘flertar’ com uma reação mais drástica às violências vivenciadas, suscitando à reflexão sobre o jogo relacional onde não caberia apenas uma explicação dual agressor *versus* vítima.

Eu já aprendi o macete. Eu deixo ele falando sozinho. Ele grita e eu fico na minha. Quanto mais você falar mais ele vai pegar no seu pé. Então, eu canto, fico jogando um monte de joguinho legal no meu celular, finjo que não é comigo. Vou para cozinha fazer a minha janta. A pressão dele vai a 20, vai a 18. A minha está normal, eu não vou infartar por causa de ninguém. Não falo nada, porque se eu falar é pior. Uma vez eu quase enfiei a faca nele. Eu tenho mais medo de mim do que dele. Se eu quisesse matar eu já tinha matado. Porque uma vez eu botei a arma na cabeça dele, e ele dormindo. Tambor cheinho. Engatilhei e botei. E se eu quisesse?

Tendo iniciado seu relacionamento ainda na adolescência, a mulher D, com 34 anos e atualmente viúva, refere-se ao companheiro como o maior amor da sua adolescência.

Excelente marido e pai, conheceram-se quando ele era integrante do movimento do tráfico, querido por todos e visto como ótimo vizinho. Tiveram três filhos. Observe-se que a entrevistada, apesar dos muitos elogios dispensados ao companheiro, narra que os episódios de violência marcam o início do próprio namoro.

Não lembro a primeira vez que bateu, mas foi nova, bem antes do primeiro filho. Eu encarava ele também. Muito! Eu caía pra dentro dele, ele caía pra dentro de mim. Em mim ele batia, me deixava roxa, me deixava marca. Ele tava drogado, ele batia, uma vez ele viu um homem em cima de mim e eu dormindo. Ele apertou o meu pescoço, quando eu olhei no espelho, eu disse: “olha o que você fez comigo!” “Infelizmente, eu vi um cara em cima de você!” Não tinha cara nenhum. Ele pegou a pomada. Eu compreendia, porque a droga que fazia isso, entendeu? Eu ficava triste! Portanto que quando ele morreu, eu vou ser sincera, eu não amava mais ele.

Ancorados na lógica patriarcal, avaliamos que as dinâmicas detalhadas acima, apontam a submissão e a naturalização da violência advinda do processo de socialização dentro da cultura machista. A mulher, ainda que compreendida como sujeito social autônomo, é historicamente vitimada pelo controle social masculino. Não obstante as contribuições acerca do reconhecimento da opressão na sociedade patriarcal, há que se questionar onde fica a dimensão relacional da violência, uma vez essencializados os lugares da vítima e do agressor. Pensar as situações de violência baseada no gênero envolve relações de um poder que circula, ainda que desigualmente, entre homens e mulheres. Avaliar a violência de gênero unicamente pelo viés de dominação, reduz a complexidade das relações e aprisiona o vetor numa via de mão única. Na realidade complexa e caótica, reconhecemos as desvantagens sócio-históricas que sustentam a vulnerabilização feminina, assim como a sua capacidade de agência, portanto não existem lugares estanques, destituídos de tensões e ambivalências.

As narrativas aqui trazidas indicam uma plêiade de circunstâncias onde o poder, o contrapoder e a violência circularam, estabelecendo a coexistência de vários núcleos de significado para os casais em suas respectivas concepções sobre sexualidade, fidelidade e respeito. Se hipoteticamente desenvolvêssemos um instrumento para medir a violência, variáveis como grau, contexto e intensidade (SOARES, 2012) deveriam ser consideradas. A figura de uma mulher unilateralmente vítima de violência, tiranizada, coagida, destituída de qualquer possibilidade de enfrentamento acabou por se tornar um molde para avaliar **todos** os casos de violência de gênero.

A Lei Maria da Penha, em sua dimensão estruturante, propiciou algum nível de reorganização do campo das relações de gênero e violência, aumentando o cacifê das

vítimas ao se constituir como um recurso para as mulheres que a acionam. Levando-se em conta o grau da violência vivenciada, as vias de diálogo, escuta, renegociação de pactos, reconhecimento de responsabilidades e reparação constituem recursos “para autorreflexão, mudança de perspectiva e atitude” (SOARES, 2012:205). Porém, promover processos de conciliação encharcados no moralismo de profissionais que leem a violência como um fenômeno dual – mulher-vítima-passiva *versus* homem-algoz-dominador – só distancia de contribuições capazes de acolher uma narrativa genuína sem julgamentos, abordagem que tende a proporcionar às mulheres uma perspectiva de si também como titular de agência sobre sua vida. Mas, sim, há casos em que se faz necessária a intervenção de um agente externo; há casos em que o agente externo precisa estar imbuído do poder do Estado.

Prosseguindo a análise acerca das manifestações que não chegam à esfera do Estado, trazemos narrativas que denotam a resistência presente no campo como uma contrapartida do poder. Onde a violência está presente, a resistência também está, não de forma binária, como resistência/não resistência, e sim, o ato perene composto de esforços constantes, como parte de um processo mais abrangente do que enfrentamentos pontuais. Resistência e enfrentamento se firmam na fase da consolidação⁹, onde a mulher, após perceber a violência instaurada, também se dá conta de que possui algum nível de poder. Resistir e enfrentar comportam desde a busca de apoio em outras mulheres nas mesmas circunstâncias, pessoas da sua família, amigos, a aparente submissão ao poder do companheiro, a regulação das emoções mantendo a aparência de normalidade, o silêncio, a omissão de informações e até mesmo o enfrentamento corpo a corpo em defesa própria ou dos filhos.

A mulher C, após um casamento de nove anos, três filhos, está separada há quatro anos. Conheceram-se e sempre moraram na localidade. Assistiu a seu parceiro aumentar gradativamente o uso de drogas até chegar ao crack, compartilhando o próprio quintal com outros usuários. O principal aspecto que valorizava em seu relacionamento era o fato de ter uma família e ver na figura do companheiro um bom pai:

Eu falei, pode me bater, mas bate mesmo, não me deixa levantar, porque se eu levantar vai ficar ruim pra você. ‘ – Por que você tem que me peitar na frente dos outros?’ E eu peitava mesmo porque, muitos falavam que meu erro era peitar, mas se não, eu iria apanhar dia e noite. Então eu não dava mole para ele, não dava não. Da última briga ele me deu um soco que eu fiquei um mês com dor. A gente saiu no tapa, agarrei no peito dele arranhei, a gente

⁹ A complexidade constitutiva das relações conjugais não anula a existência de algumas fases comuns identificadas por Ferrer (2011) como o início ou engate, a lição, a consolidação e o desapego ou desengate. Entender tais fases contribui para a compreensão das estratégias de resistências adotadas pelas mulheres.

só não rolou no chão porque eu tava com a bebê no colo. Ele começou a trazer uns amigos para fumar no quintal. Eu acordava às 6 horas da manhã com aquela falação. Aí eu levantei, tirei a calcinha, coloquei só o short do babydoll, sem sutiã e fui tirar roupa da corda, sem calcinha e sem sutiã. Quando ele viu! ainda enfiei o short bem no... quando ele viu que eu tava pegando a roupa e começou: “vamos embora todo mundo, vamos embora que essa mulher tá maluca!” “MALUCA NÃO, EU NÃO FALEI PRA VOCÊ QUE EU NÃO QUERO NINGUÉM NO MEU QUINTAL? MINHA CASA NÃO É BOCA DE FUMO! BATE POLÍCIA AÍ VAI TODO MUNDO PRESO E EU AINDA PERCO A GUARDA DAS MINHAS CRIANÇAS!”

Em outro momento de enfrentamento, é possível observar a escolha da estratégia de resistência de acordo com a ocasião. Ela avalia no conjunto das formas possíveis e acessa a estratégia que lhe parece mais apropriada.

(...) eu não dava muita confiança. **Eu tinha que sair pra rua.** Quanto mais tempo eu ficasse na rua era melhor. No dia que ele tava agitado, tava drogado, geralmente era de madrugada, ele achava que tinha gente dentro de casa, falava, falava, eu deixava ele falar, depois dizia acabou? Não tô a fim de discutir, **volta pra rua, ele voltava.** Então, quando eu via que ele tava muito assim, eu não discutia.

O depoimento acima apresenta a resistência também por meio da supressão das emoções. Vale ressaltar que os recursos, as estratégias também são permeados por ambiguidades, visto que não poder expressar a raiva, tristeza ou medo, representa também uma violência.

Considerações finais

Os estudos de gênero possibilitaram a análise dos aspectos historicamente constitutivos acerca das diferenças (entre os sexos) que contribuem para gerar desigualdades (entre os gêneros). Permitiram problematizar ‘nós’ culturalmente estabelecidos que reafirmam, ainda hoje, discursos naturalizados e opressores.

Ao afã retributivo sustentado por vítimas de violência¹⁰, por profissionais (da assistência social, do judiciário, da saúde), por militantes e pela mídia subjaz uma confusão entre justiça e vingança. Não se pretende aqui, de forma alguma, minimizar os graves efeitos da violência de gênero, esvaziando a importância da responsabilização e/ou a necessidade de intervenção para quem a pratica, mas sim refletir que existem elementos – como a intensidade, a forma e o contexto (SOARES, 2012) – que deveriam ser considerados na resposta ao enfrentamento da violência praticada. Colocar a punição em questão não significa assinar embaixo da violência de gênero, mas avaliar até que ponto ela

¹⁰ Neste caso é justificável, pois a violência é constituída de um vetor para um grupo mais vulnerabilizado, que historicamente experimenta na própria pele.

dá conta dos prejuízos gerados tanto aos diretamente envolvidos como em escala comunitária e social, em âmbito imediato e no longo prazo. A situação de opressão feminina não se modifica apenas pela tomada de consciência (GREGORI, 1993). As mulheres, em suas especificidades, desenvolvem maneiras distintas de lidar com a situação de violência, e ter isto em conta não contradiz todos os avanços obtidos em décadas de luta por direitos e equidade.

As mulheres que entrevistamos não agem aleatoriamente. Foi possível observar que as estratégias de resistência por elas acionadas compõem um conjunto adequado ao momento, englobando vasto repertório: a hora de ficar calada, de colocar um limite, de evadir ou sugerir que o parceiro volte para rua, o enfrentamento corpo a corpo, revides planejados, até que considere chegada a hora da ruptura ou da redefinição da dinâmica do relacionamento no qual se encontram. Os relatos indicam que a cada evento, situação ou etapa da relação conjugal surgem novas indagações: a) se perguntam sobre suas participações nos episódios de violência, b) avaliam a manutenção da relação em prol dos filhos, ou como garantia da sua proteção e respeito diante da comunidade, c) reconhecem sentimentos como amor, dependência e medo como elementos presentes na (in)decisão pelo fim do relacionamento, d) ponderam a relevância de uma denúncia, demonstrando algum nível de conhecimento e de avaliação sobre a legislação vigente. Desta forma, perante tantos recursos próprios para negociar e administrar conflitos, é necessário questionar se o termo ‘mulher passiva’ corresponde à realidade das mulheres sujeitos entrevistadas.

As relações sociais de gênero se dão entre homens e mulheres e entre mulheres com outras mulheres, que por sua vez geram uma constelação com muitos matizes do que é ser mulher, não se restringindo, portanto, a características unificadas, ou ainda binárias (tradicionais ou ‘modernas’), evidenciando a impossibilidade de uma única interpretação sobre suas experiências. Neste processo, os homens também não podem ser vistos como únicos, finalizados, integrantes de um bloco homogêneo, pois que eles também estão imersos em um estereótipo dominador, desencorajados de manifestar sensibilidade, e que só expressam sua insatisfação por meio da violência, configurando uma armadilha que pode gerar conflitos e sofrimento para todos.

Profissionais que atuam na mediação das relações sociais e exercitam sua atuação junto à temática da violência muito têm a ganhar ao agregar tais preocupações à sua escuta, sua observação, suas práticas e suas pesquisas, a fim de superar um olhar estigmatizante,

censurador, que culpabiliza uma mulher que não denuncia um parceiro violento ou ainda a vitimiza, não reconhecendo suas potencialidades para lidar com a situação de violência. Valorizar as experiências de quem vive a violência pode consistir em importante movimento para fortalecer as mulheres nesta situação, reconhecer e ressaltar suas potencialidades, identificar em conjunto alternativas, saídas inteligentes, estratégias criativas e a força para resistir – do contrário poderiam nem estar vivas para contar.

Ressaltar suas estratégias e ao mesmo tempo questionar determinados valores, habitus reproduzidos, estabelecendo uma relação com a dimensão cultural cotidiana das relações pessoais, interpessoais e sociopolíticas (FERRER, 2011) para, em um contexto mais amplo, em uma conjuntura apropriada, movimentar as posições dos agentes no campo e novos habitus no sentido de relações mais equânimes.

Referências bibliográficas:

ALCOFF, Linda Martín (acesso em dezembro de 2006) “The Problem of Speaking for Others”. Disponível em: (originalmente publicado em: **Cultural Critique**, winter 1991-92, pp. 5-32).

_____. Uma epistemologia para a próxima revolução. Texto original “An epistemology for the next revolution”, publicado em *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. 1, n. 2, 2011, p. 67-78. Tradução: Cristina Patriota de Moura. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

ALMEIDA, Suely Souza de. (Org). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BERNADINO-COSTA, Joaze. Entre **Trabalhadores, Mulheres Brancas e Homens Negros: política e saberes a partir e com o feminismo negro das trabalhadoras domésticas sindicalizadas**. Observatory on Structures and Institutions of Inequality in Latin America. Working Paper Series #7. Center for Latin American Studies University of Miami, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d’une théorie de la pratique**. Genève-Paris, Librairie DROZ, 1972.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.) **Coleção grandes cientistas sociais: Pierre Bourdieu**. São Paul: Ática, 1983, p. 46-81.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomáz, 3ªed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner, 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 25 mar. 2015

FERRER, Diana Valle. **Espacios de libertad: mujeres, violencia domestica y resistencia**. 1ªed, Buenos Aires: Espacio Editorial, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MINAYO, M. C.; SOUZA, E. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, IV, 1997/1998, p. 513-531

_____, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**, 28ª ed., Petrópolis: Vozes, 2009.

PREUSS, Miriam Raja Gabaglia. **Emprego doméstico e domínio simbólico**, tese de doutorado, Departamento de Psicologia, PUC-Rio, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely de Souza. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____, Heleieth Iara Bongiovani. **Violência contra a mulher e violência de doméstica**. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 1.ª ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil**. **Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**. E.I.A.L., Universidade de Tel Aviv, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3ªed., São Paulo: Editora Cortez, 2005.

_____. **A vítima como figura contemporânea**. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n.º 61, p. 51- 61, jan-abr/2011.

- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 16, n.º 2, jul./dez. 1990.
- SOARES, Barbara Musumeci. A 'conflitualidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **Dilemas**, v. 5, n.º 193, p.191-210, 2012.
- SZYMANSKI, Heloisa. Significados de família. In: LOCH, G.; YUNES, Maria Angela (org.) **A família que se pensa e a família que se vive**. Rio Grande, Fundação Universidade do Rio Grande, 1998, p. 9-17.
- TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Cadernos CHR**, Salvador, n. 19, p. 8-21, jul./dez., 1992.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Édson de Oliveira (org.) **A aventura sociológica**, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.